

John Stephen Morris
Tradutor Público e Intérprete Comercial
Matrícula nº 032

1
123/98
04-Dez-98

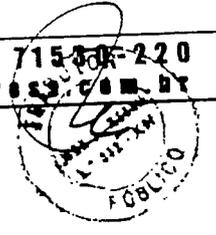
Eu, JOHN STEPHEN MORRIS, Tradutor Público e Intérprete Comercial, registrado na Junta Comercial do Distrito Federal sob o número 032, declaro para os devidos fins que o texto abaixo é a tradução fiel e exata do documento original que me foi apresentado.

MEMORANDO DE POLÍTICA ECONÔMICA

I. Antecedentes

1. Desde o lançamento do Plano Real em 1º de março de 1994, a economia brasileira vem logrando uma notável e sustentada redução da inflação, de uma taxa anual superior a 2500 por cento em 1993 para menos de 3 por cento até setembro de 1998 - taxa esta que o Brasil não apresentava há quase meio século. A baixa inflação foi alcançada sem custo significativo para a atividade econômica ou perdas de renda. O PIB real cresceu a uma taxa média anual de 4,1 por cento no período 1994-97 e o PIB real per capita a uma taxa anual real de 2,7 por cento. Este desempenho econômico - que contrasta nitidamente com a estagnação da renda real e as altas taxas de inflação dos anos 80 e início da década atual - permitiu a manutenção de taxas relativamente baixas de desemprego até 1997, bem como uma significativa melhora dos padrões de vida do povo brasileiro, especialmente entre as faixas de renda mais baixa.

SHIN Q1 16 CJ. 02 CASA 13 LAGO NORTE - BRASÍLIA - DF. 71530-220
TEL. 577-3288/981-3288 FAX 577-3197 morris@linkoxnet.com.br



John Stephen Morris**Tradutor Público e Intérprete Comercial**
Matrícula nº 032

2

123/98

04-Dez-98

2. O progresso da estabilidade macroeconômica e financeira tem se acompanhado de amplas reformas estruturais que, por sua vez, têm contribuído para a modernização da economia e o crescimento da produtividade. Tais reformas incluem a continuada abertura da economia através da liberalização do comércio e dos fluxos de capital, o que talvez seja o mais amplo programa de privatização da história, a desmonopolização e desregulamentação de setores chave da economia, além de um fortalecimento fundamental do sistema bancário (inclusive dos bancos estaduais). Nesse contexto, não deve surpreender que o investimento tenha aumentado de 15.5 por cento do PIB, em 1994, para um nível estimado de 18.5 por cento do PIB em 1998, e que o investimento direto estrangeiro (IDE) tenha subido de cerca de US\$ 2 bilhões para US\$ 23 bilhões no mesmo período.

3. Não obstante o sucesso do Plano Real na estabilização macroeconômica, bem como na reforma estrutural, e apesar dos esforços do governo para conter os gastos federais, modernizar o sistema fiscal e fortalecer a sua administração, e buscar a disciplina fiscal em âmbito estadual, as finanças do setor público não-financeiro (SPNF) ainda causam preocupação. Dever-se-ia observar, todavia, que o setor público define-se de forma muito abrangente no Brasil - mais ainda do que em muitos outros países - já que inclui a administração federal, a previdência social, o Banco

John Stephen Morris

Tradutor Público e Intérprete Comercial
Matrícula nº 032

3
123/98
04-Dez-98

Central, os estados e os municípios, bem como as empresas estatais estaduais e municipais. Deve-se levar em conta tal fato em qualquer análise comparativa internacional das estatísticas do setor público. Já está claro, após quatro anos de inflação em declínio, quão diferente são o gerenciamento e a interpretação das finanças do setor público em condições de inflação alta e ascendente em comparação com um cenário de inflação baixa e declinante. Antes do lançamento do Real, o desequilíbrio fiscal ex-ante era em grande medida transformado em equilíbrio ex-post pela crescente inflação num contexto de receitas indexadas e de gastos nominais apenas parcialmente indexados. Com o advento da estabilidade de preços, este mecanismo de ajuste, que até certo ponto mascarava os graves problemas estruturais que afetavam o setor público, já não podia funcionar. As debilidades das finanças públicas manifestaram-se na forma de uma forte deterioração do resultado primário do setor público consolidado, o que, combinado com altas taxas de juros, tem contribuído para a manutenção de déficits globais substanciais do setor público (por volta de 5-7 por cento do PIB) em anos recentes, bem como para um aumento constante da relação dívida pública/PIB.

4. A crescente despoupança do setor público vem exigindo o recurso crescente à poupança externa para



John Stephen Morris
Tradutor Público e Intérprete Comercial
Matrícula nº 032

4
123/98
04-Dez-98

financiar o aumento do investimento doméstico, o que tem levado a um aumento do déficit em conta corrente do balanço de pagamentos de menos de 0,5 por cento do PIB em 1994, para mais de 4 por cento do PIB em 1997. O crescente IDE tem coberto quase 50 por cento desse déficit, mas a dívida externa bruta total também aumentou para cerca de US\$ 228 bilhões (mais de 28 por cento do PIB) até meados de 1998. Deve-se notar que desde o início dos anos 90, o governo brasileiro vem empreendendo um vasto programa de liberalização comercial, com a virtual eliminação de barreiras não-tarifárias e uma forte redução de tarifas, bem como um programa de integração regional dentro do MERCOSUL. Este processo tem contribuído para um aumento significativo das importações, especialmente de bens de capital e intermediários, o que tem levado a um sensível aumento da produtividade, embora também a um déficit temporariamente alto no saldo comercial de mercadorias e serviços.

5. Com o agravamento dramático do ambiente financeiro internacional e a propagação da crise asiática a outros mercados emergentes no último trimestre de 1997, o real foi submetido a fortes pressões. O Banco Central reagiu prontamente duplicando sua taxa básica de empréstimo para 43,5 por cento e o governo lançou um pacote de medidas de aumento de receita e de cortes de gastos equivalentes a 2,5

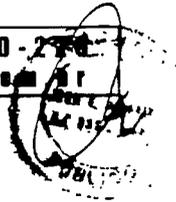
John Stephen Morris

Tradutor Público e Intérprete Comercial
Matrícula nº 032

5
123/98
04-Dez-98

por cento do PIB. Este oportuno e decisivo aperto das políticas conseguiu restaurar a confiança e propiciar um gradativo retorno das taxas de juros a níveis pré-crise. As altas taxas de juros durante os primeiros meses de 1998 e as medidas fiscais de emergência, entretanto, reduziram a demanda doméstica - particularmente de bens duráveis - e restringiram o crescimento econômico em 1998. A desaceleração da atividade econômica contribuiu para um declínio inflacionário ainda maior, mas também elevou a taxa de desemprego de cerca de 6 por cento para 7,5 por cento em setembro de 1998. Parte desse aumento reflete também as tendências estruturais do mercado de trabalho, especialmente a racionalização e a modernização dos processos de produção na indústria e serviços.

6. A conta de capital foi submetida a forte pressão novamente em agosto de 1998, na esteira da crise na Rússia. A reação inicial do governo foi a de adotar uma série de medidas administrativas e fiscais a fim de aliviar os controles existentes sobre as entradas de capital. A seguir, fortaleceu a política fiscal, realizando cortes nos gastos orçamentários federais equivalentes a 1,5 por cento do PIB do quarto trimestre, mais um corte equivalente a 0,3 por cento do PIB do quarto trimestre em gastos já autorizados nos investimentos das empresas estatais federais, uma redução nos desembolsos pelos bancos federais



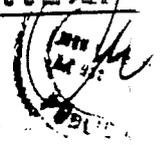
John Stephen Morris
Tradutor Público e Intérprete Comercial
Matrícula nº 032

6
123/98
04-Dez-98

de empréstimos aos estados e municípios, a adoção de uma meta obrigatória para o superavit primário do governo federal e a criação de uma comissão inter-ministerial de alto nível responsável, inter alia, pela garantia de consecução dessa meta. O apêrto fiscal foi complementado por sucessivos aumentos das taxas de empréstimo do Banco Central e da taxa de juros overnight, alcançando 42,5 por cento em fins de outubro. Essas medidas conseguiram, de fato, atenuar as saídas de reservas, porém não conseguiram estancar o processo completamente. As reservas internacionais, que totalizavam US\$ 70,2 bilhões em fins de julho, caíram para US\$ 45,8 bilhões em fins de setembro e para cerca de US\$ 42,6 bilhões ao final de outubro. Embora a velocidade da perda de reservas tenha-se moderado substancialmente em outubro, tornou-se claro que se fazia necessário acelerar o ritmo de alteração de políticas e de implementação de reformas. Em importante discurso público proferido 11 dias antes das eleições, o Presidente Cardoso deixou claro ao País que um ajuste fiscal de vulto e um esforço de reforma representariam a pedra fundamental de um segundo mandato.

II. O Programa Econômico do Governo

7. Nos próximos anos, a política econômica continuará a visar a promoção de crescimento real da renda per capita e melhoria dos padrões de vida do povo



john stephen morris

Tradutor Público e Intérprete Comercial
Matrícula nº 032

7
123/98
04-Dez-98

brasileiro, especialmente dos grupos de renda mais baixa, num contexto de inflação baixa e de reduzida vulnerabilidade da economia a choques externos. A consecução dessas metas - particularmente no cenário internacional de hoje e do futuro próximo - dependerá fundamentalmente da capacidade de aumentar a poupança interna, financiar os investimentos adicionais necessários ao aumento da produtividade, competitividade e oportunidades de emprego. O ajuste fiscal de médio prazo do governo e o programa de reformas visam promover um contínuo aumento da poupança interna, reduzir o ônus da dívida pública e facilitar o declínio sustentável das taxas de juros.

8. A perspectiva macroeconômica para 1999 fica inevitavelmente condicionada pelo atual e difícil ambiente econômico internacional. O crescimento das exportações, ao que se espera, será moderadamente vigoroso, e as importações provavelmente diminuirão, em vista da projetada redução da demanda interna. A conseqüente contribuição do setor externo ao crescimento deverá ser considerável, mas é improvável que supere a queda da demanda interna, além do que o PIB real, em termos médios, poderá registrar um declínio em 1999. Do quarto trimestre de 1998 até o quarto trimestre de 1999, entretanto, o PIB real deve registrar algum crescimento, pois se espera que a atividade econômica se recupere no

Derm/Corin
Merais
0.58
127r

John Stephen Morris

Tradutor Público e Intérprete Comercial
Matrícula nº 032

8
123/98
04-Dez-98

decorrer do ano e se acelere até 3 por cento e 4 por cento em 2000 e 2001, respectivamente. A rigidez das políticas monetária e fiscal, bem como a manutenção do atual regime de câmbio, contribuirá para manter a taxa de inflação por volta de 2 por cento em 1999, taxa esta que se compara bem com as dos principais parceiros comerciais do Brasil. Espera-se que o déficit da conta corrente externa caia de 4,2 por cento do PIB em 1998 para cerca de 3,5 por cento do PIB, em 1999, mantendo-se por volta desse nível nos anos seguintes, em que pese a esperada recuperação da demanda doméstica. Assim como no passado recente, estima-se que mais da metade do déficit em conta corrente será financiada por investimento estrangeiro direto em 1999.

9. A fim de promover a confiança e facilitar uma redução sustentada das taxas de juros já durante 1999, o governo anunciou um programa de ajuste fiscal com grande parte do esforço concentrado no seu primeiro ano de implementação. Este programa estabelece como meta para o resultado primário do setor público consolidado, um superavit equivalente a 2,6 por cento do PIB em 1999. Tal superavit deve elevar-se até 2,8 por cento do PIB em 2000 e a 3,0 por cento em 2001. Com base em estimativas conservadoras a respeito da evolução das taxas de juros, das receitas de privatização e do reconhecimento de encargos do setor público até então implícitos, espera-se que esses

john stephen morris**Tradutor Público e Intérprete Comercial****Matrícula nº 032**

9

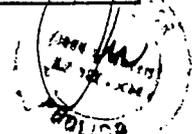
123/98**04-Dez-98**

superávits primários crescentes detenham o crescimento da dívida pública líquida em relação ao PIB por volta de 2000.

10. Dentro deste arcabouço, espera-se que as contribuições ao esforço de ajuste fiscal sejam feitas por todos os níveis de governo, como tem enfatizado o Presidente Cardoso em recentes pronunciamentos. Todavia, o grosso dos ajustes está previsto para o âmbito federal, cujas metas estabelecem superávits primários equivalentes a 1,8 por cento do PIB em 1999, 2,0 por cento em 2000, e 2,3 por cento em 2001. A magnitude deste esforço é melhor apreciada considerando-se que, na falta de qualquer ação corretiva, o resultado primário do governo federal provavelmente deteriorar-se-ia de um equilíbrio subjacente em 1998 a um déficit de 1,7 por cento em 1999, e a déficits ainda mais altos em 2000 e 2001. Em conjunto com o projetado declínio nas taxas de juros, espera-se que a melhora do resultado primário federal leve a uma queda do déficit federal global de cerca de 5,6 por cento do PIB, em 1998, para 3,6 por cento do PIB, em 1999.

11. A fim de assegurar a almejada melhora, o governo federal anunciou um abrangente conjunto de medidas destinadas a poupar gastos e elevar receitas, totalizando mais do que 3 por cento do PIB em 1999. Iniciativas que já foram sancionadas por medida provisória ou regulamentação especial representam uma parcela substancial das receitas a

SHIN QI 18 CJ. 02 CASA 13 LAGO NORTE - BRASÍLIA - DF. 71530-220
TEL. 577-3288/981-3288 FAX 577-3197 morris@linkexpress.com.br



MORRIS
1279

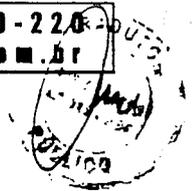
John Stephen Morris

Tradutor Público e Intérprete Comercial
Matrícula nº 032

10
123/98
04-Dez-98

serem geradas pelo programa. Espera-se que as reformas administrativa e da previdência social, recém aprovadas, gerem economias de gastos que, embora inicialmente pequenas, cresçam com o tempo. De maior importância para 1999, foi a apresentação pelo governo ao Congresso, em 9 de novembro de 1998, de um orçamento revisto para 1999, incluindo cortes na conta de gastos de custeio e de despesas capital em bens e serviços que, comparados com o orçamento apresentado anteriormente, totalizam 20 por cento desses gastos e representam quase 1 por cento do PIB. Ao distribuir esses cortes entre as diferentes áreas de gastos, o governo empenhou-se em preservar o tanto quanto possível os gastos com saúde, educação e proteção social.

12. As medidas de aumento de receitas incluem: uma elevação da Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira (CPMF) de 0,2 por cento para 0,3 por cento, com um adicional temporário de 0,08 por cento para 1999; um aumento da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS) de 2 para 3 por cento, um terço do qual será compensado no imposto de renda da pessoa jurídica; uma elevação de 9 pontos percentuais na contribuição para o plano de aposentadoria do setor público pelos servidores que ganham mais de R\$ 1.200 mensais; aplicação desta contribuição aos aposentados e pensionistas do setor público (à taxa de 11 por cento para aqueles que recebem R\$ 1.200



John Stephen Morris
Tradutor Público e Intérprete Comercial
Matrícula nº 032

11
123/98
04-Dez-98

por mês ou menos e de 20 por cento para os demais); além de uma série de outras medidas com vistas, principalmente, a ampliar as bases dos atuais impostos e contribuições, bem como eliminar distorções. Estas medidas fiscais visam ao problema imediato do ajuste fiscal, mas o governo também lançará, brevemente, uma reforma fundamental do sistema de impostos indiretos destinada a sanar as falhas estruturais do sistema (vide parágrafo 19). O governo tem enfatizado que qualquer modificação pelo Congresso da legislação proposta, que cause impacto adverso à posição orçamentária global, terá que ser compensada por medidas específicas de receitas alternativas e/ou por novos cortes nos gastos.

13. Espera-se que estados e municípios contribuam para o esforço de ajuste fiscal com uma mudança no seu resultado primário consolidado de um déficit estimado em 0,4 por cento do PIB em 1998 para um superávit de 0,4 por cento, em 1999, elevando-o para 0,5 por cento do PIB em 2000 e 2001. A fim de assegurar a consecução dessas metas, o governo federal fará observar com firmeza os compromissos assumidos pelos estados no contexto do acordo de reestruturação de suas dívidas com o governo federal. Os programas de ajuste fiscal acordados com os estados incluem metas específicas para cada estado, no que concerne ao resultado primário, o desempenho da receita, as relações folha de pagamento e gastos em investimentos/receita, bem

Daria/Ceria
Mecals
281

john stephen morris

Tradutor Público e Intérprete Comercial
Matrícula nº 032

12
123/98
04-Dez-98

como privatizações e outras reformas estruturais. Os acordos também dotam o governo federal de poderes para, no caso de um estado deixar de pagar sua dívida reestruturada como programado, reter as receitas que seriam normalmente destinadas ao estado em questão e até embargar as receitas geradas pelo próprio estado. Em conjunto com a negociação desses acordos, o governo e o Senado, atentos para o fato que foi o acesso irrestrito dos estados a créditos que levou à escalada da dívida estadual até meados dos anos 90, envidaram esforços no sentido de limitar rigidamente o acesso dos estados a operações de empréstimo. Especificamente, o Senado proibiu novas emissões de títulos estaduais, bem como a tomada de novos empréstimos por estados com déficit primário; resoluções do Conselho Monetário Nacional reduziram substancialmente os limites dos empréstimos bancários aos estados e municípios, bem como os limites dos empréstimos externos aos mesmos. Ademais, a privatização ou liquidação da maioria dos bancos estaduais, a aplicação de padrões prudenciais rígidos aos ainda existentes, bem como o atual amplo processo de privatização de empresas estatais, eliminaram a maioria das alternativas de financiamento de déficits pelos estados.

14. A privatização de várias empresas lucrativas em anos recentes limita a contribuição que este setor pode fazer ao ajuste fiscal nos anos futuros. Sem embargo, o

SHIN Q1 16 CJ. 02 CASA 13 LAGO NORTE - BRASÍLIA - DF. 71530-220
TEL. 577-3288/981-3288 FAX 577-3197 morris@linkexpress.com.br



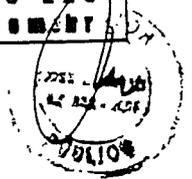
John Stephen Morris

Tradutor Público e Intérprete Comercial
Matrícula nº 032

13
123/98
04-Dez-98

governo tem como alvo superávits primários equivalentes a 0,4 por cento do PIB em 1999, 0,3 por cento do PIB em 2000 e 0,2 por cento em 2001, refletindo, acima de tudo, os esforços feitos para aumentar a produtividade, conter custos e priorizar investimentos. O governo pretende, ainda, assegurar que as empresas federais mantenham políticas flexíveis de preços. Em relação à PETROBRÁS, que representa uma larga parcela do valor agregado dessas empresas, o governo adotou uma nova política para assegurar uma transferência automática de alterações nos preços internacionais do petróleo aos preços internos.

15. O governo federal planeja realizar mudanças fundamentais no gerenciamento de suas finanças. Um elemento chave em tais esforços será a nova Lei de Responsabilidade Fiscal, que o governo enviará ao Congresso até dezembro. A nova lei estabelecerá um arcabouço geral para orientar o planejamento orçamentário e sua execução. Com vistas a garantir a solvência fiscal, a lei estabelecerá, entre outros, critérios prudenciais para o endividamento público; proporcionará regras rígidas para o controle dos gastos públicos; estabelecerá regras permanentes para limitar os déficits orçamentários, bem como proibirá quaisquer novos refinanciamentos pelo governo federal de dívidas estaduais e municipais. Além desses preceitos, a lei



Dorm/Corle
Moraes
0.98.1.18-9
283

John Stephen Morris

Tradutor Público e Intérprete Comercial
Matrícula nº 032

14
123/98
04-Dez-98

incluirá mecanismos disciplinares para o caso de inobservância de suas metas e procedimentos.

16. O governo considera a recém aprovada emenda constitucional sobre a reforma da previdência social um importante primeiro passo nesta área crítica. Essa legislação, juntamente com o recém anunciado conjunto de medidas relativas às contribuições para o sistema de aposentadoria do setor público, gerará importantes economias nos próximos anos. Não serão suficientes, entretanto, para garantir a equidade e o equilíbrio financeiro do sistema. Para recuperar a solidez do sistema da previdência social dos trabalhadores tanto do setor público como do privado e torná-lo mais equitativo, ao mesmo tempo em que se amplia o espaço para a escolha individual, o governo contempla um conjunto complementar de iniciativas legislativas a serem apresentadas ao Congresso no primeiro trimestre de 1999. O princípio orientador dessa rodada complementar será o princípio do equilíbrio atuarial. Contas nocionais individuais serão estabelecidas para os participantes, tanto do sistema privado (RGPS) como do sistema público (RJU-federal), e o vínculo entre as contribuições acumuladas e os benefícios esperados será muito mais estreito.

17. O tamanho do RGPS será limitado pela imposição de um teto de R\$ 1.200 mensais ao salário-base para a

SHIN QI 16 CJ. 02 CASA 13 LAGO NORTE - BRASÍLIA - DF. 71530-220
TEL. 577-3288/981-3288 FAX 577-3197 morris@linkexpress.com.br



john stephen morris
Tradutor Público e Intérprete Comercial
Matrícula nº 032

15
123/98
04-Dez-98

contribuição do funcionário. A parcela da contribuição pag pelo empregador continuará a aplicar-se àquela parte do salário que exceda R\$ 1.200, porém esta receita adicional não fará parte do salário-base do empregado para fins de cálculo da aposentadoria. Haverá, ainda, uma série de reformas para melhorar as finanças dos planos de aposentadoria do setor público que não façam parte do RJ federal. Um plano mínimo - 5.000 contribuintes - se estabelecido. As contas individuais serão obrigatórias e o teto de 2:1 será imposto à relação das contribuições empregador/empregado e vários gatilhos automáticos serão embutidos para aumentar as alíquotas das contribuições em caso de desequilíbrios financeiros. Finalmente, um sistema regulador será criado para assegurar o cumprimento da legislação pelos planos do setor público.

18. A aprovação da reforma administrativa foi uma das realizações importantes da primeira administração do Presidente Cardoso. A fim de levar este trabalho de reforma a uma conclusão bem sucedida, o governo já submeteu ao Congresso várias leis complementares, com o objetivo de regulamentar as reformas e garantir que comecem a produzir efeitos já em 1999. O principal objetivo da reforma é aumentar a eficiência e reduzir o custo da administração pública. O período probatório exigido agora de todos os funcionários públicos recém contratados será ampliado



John Stephen Morris

Tradutor Público e Intérprete Comercial
Matrícula nº 032

16
123/98
04-Dez-98

pela primeira vez, os servidores poderão ser demitidos por desempenho insatisfatório, com base em avaliações periódicas. A regulamentação permitirá, ainda, aos governos pôr em prática as propostas da Reforma Administrativa que visam eliminar o excesso de funcionários. Estas reformas aplicar-se-ão a todos os níveis de governo e ajudarão os governos a alcançar as metas estabelecidas na Lei Camata, que determina um teto para gastos com pessoal como percentagem de receitas. Ao governo federal foram dados poderes para suspender transferências constitucionais àqueles governos estaduais e municipais que não cumprirem a meta da Lei Camata.

19. O atual sistema brasileiro de impostos indiretos é ineficiente e excessivamente complexo; inclui impostos em cascata que prejudicam a competitividade do Brasil, sobrepõe impostos diferentes cobrados pelos diversos níveis de governo em alíquotas diferentes e com bases diversas, promovendo guerras tributárias dispendiosas entre os estados e aumentando o espaço para sonegação e evasão fiscal. O governo está, por conseguinte, dando grande importância à apresentação ao Congresso, antes do final deste ano, da reforma tributária que tratará destes pontos. A reforma deverá criar um IVA nacional, com uma estrutura comum de valor e base, com receitas compartilhadas entre os diversos níveis de governo e administradas pelos estados.

john stephen morris
Tradutor Público e Intérprete Comercial
Matrícula nº 032

17
123/98
04-Dez-98

O novo IVA substituirá vários impostos existentes, simplificando a administração tributária e reduzindo distorções. Ajustes apropriados no sistema de partilha de receitas entre os diversos níveis de governo serão necessários para garantir que quaisquer perdas ou ganhos gerados pela reforma sejam compensados. Nenhuma mudança de porte está sendo planejada no imposto de renda e outros impostos cobrados pelo governo federal. O governo pretende prosseguir com seus esforços para aperfeiçoar a administração tributária e, em particular, introduzir legislação para fortalecer a Secretaria da Receita Federal, concedendo-lhe maior autonomia, aperfeiçoando o treinamento de inspetores e racionalizando suas estruturas salariais de tal forma a aumentar os incentivos concedidos por bom desempenho. Continuará também - em colaboração com outras Instituições Financeiras Internacionais - IFIs - seu apoio aos esforços por parte de governos estaduais e municipais para fortalecer sua administração tributária.

20. Os problemas financeiros do sistema de previdência foram agravados por um elevado índice de sonegação do imposto nas folhas de pagamento. A administração da previdência social planeja tomar medidas para tratar desta situação insatisfatória. Começará cruzando suas próprias contas com informações da Receita sobre a renda dos autônomos, cujo índice de sonegação é particularmente

SHIN Q1 16 CJ. 02 CASA 13 LAGO NORTE - BRASÍLIA - DF. 71530-220
TEL. 577-3288/981-3288 FAX 577-3197 morris@linkexpress.com.br



John Stephen Morris

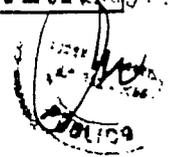
Tradutor Público e Intérprete Comercial
Matrícula nº 032

18
123/98
04-Dez-98

elevado. Serão também tomadas medidas para aperfeiçoar os sistemas de processamento e para melhorar as informações sobre pagamentos de impostos e restituições. Finalmente, será criado um sistema projetado especialmente para monitorar os recolhimentos dos 10.000 maiores contribuintes do país. Prevê-se que este programa de reforma aumente a receita previdenciária progressivamente ao longo do tempo, embora as projeções do resultado do esforço de ajuste em 1999 não façam qualquer previsão neste sentido.

21. O governo reconhece que existe espaço considerável para racionalizar as operações do governo, e para aperfeiçoar o processo orçamentário. O governo federal ainda está executando certas funções que seriam mais apropriadamente atribuídas aos estados. De forma mais geral, o governo já começou a planejar a introdução no ano 2000 de um sistema mais rigoroso de avaliação de programas, para analisá-los com base no seu sucesso em alcançar objetivos bem definidos com custo mínimo. Todas as rubricas orçamentárias serão agrupadas em um programa ou outro e será realizada uma nova avaliação ampla dos programas existentes para verificar se ainda estão alinhadas com as prioridades do governo.

22. Programas sociais eficientes com metas claramente definidas desempenham um papel vital na redução de pobreza e no desenvolvimento de capital humano. À parte do sistema



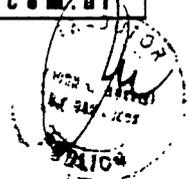
John Stephen Morris

Tradutor Público e Intérprete Comercial
Matrícula nº 032

19
123/98
04-Dez-98

de aposentadoria, a maior parte dos programas sociais está no domínio dos estados, mas o governo federal é responsável pelo financiamento de uma parte de suas despesas e tem seus próprios programas sociais. Na alocação de despesas sociais, o governo pretende dar prioridade à educação fundamental e saúde básica a fim de promover o uso mais eficiente e o financiamento da saúde e do ensino, particularmente no nível superior; e para melhor direcionar as despesas sociais para os pobres. Para tanto, o governo federal minimizará os cortes orçamentários nos programas sociais que beneficiem os pobres, esforçando-se para melhorar seu direcionamento e eficiência. Estes esforços devem receber o apoio do Banco Mundial e do BID.

23. Nos últimos anos, o Governo Brasileiro empreendeu um dos programas de privatização mais ambiciosos do mundo. Envolveu tanto o governo federal como os estaduais e municipais; abrangeu os mais variados setores como telecomunicações, energia, portos, ferrovias, mineração, siderurgia, transportes urbanos e instituições financeiras, e tem alcançado sucesso no esforço de atrair investidores estrangeiros. Em 1999, o programa concentrar-se-á nos serviços públicos - que, em vários países, permanecem no domínio público. As companhias a serem privatizadas abrangem a maioria das companhias estatais no setor elétrico - geração e distribuição - alguns dos bancos



John Stephen Morris

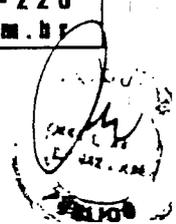
Tradutor Público e Intérprete Comercial
Matrícula nº 032

20
123/98
04-Dez-98

estaduais remanescentes, como o Banespa, anteriormente pertencente ao Estado de São Paulo e atualmente federalizado, o IRB - Instituto de Resseguros do Brasil, e algumas empresas de serviço de água, gás e esgoto. A concorrência na recente privatização das telecomunicações será fomentada por meio de concessões ao setor privado. Simultaneamente, o governo continuará sua revisão da estrutura reguladora para serviços e setores públicos privatizados.

24. O processo de privatização e desmantelamento dos monopólios públicos está contribuindo para o fornecimento de bens e serviços melhores e produzidos com mais eficiência, e para a renovação e modernização do estoque de capital do país. A desregulamentação da economia e a participação crescente de capital estrangeiro geraram importantes externalidades tecnológicas e de preço, aumentaram a produtividade, aperfeiçoaram a alocação de recursos, modernizaram as práticas gerenciais, e criaram laços entre corporações brasileiras e os principais "global players", melhorando assim as perspectivas e a eficiência da economia a longo prazo.

25. A meta prioritária da política monetária é a permanência de taxas baixas de inflação. O atual regime cambial é um instrumento essencial para alcançar esse objetivo. O Banco Central continuará aplicando uma política



John stephen morris
Tradutor Público e Intérprete Comercial
Matrícula nº 032

21
123/98
04-Dez-98

de juros flexível de forma a sustentar o real e, ao mesmo tempo, salvaguardar as reservas cambiais. À medida que o esforço de ajuste se consolide e a confiança for restabelecida, as taxas de juros declinarão. O Banco Central continuará a se basear nos instrumentos indiretos de política que vem adotando para orientar as taxas de juros a curto prazo: especificamente, orientará a liquidez bancária conforme for necessário por meio de leilões de seus títulos e intervenções no mercado overnight, e utilizará operações de redescôto (TBC) e de liquidez no "tranche" superior (TBAN) como sinalizadores para orientar a formação de expectativas a respeito da tendência básica das taxas de juros.

26. No gerenciamento da dívida pública interna, o Tesouro e o Banco Central darão prioridade ao alongamento progressivo dos vencimentos da dívida de modo a reduzir as necessidades brutas de refinanciamento. O declínio das taxas de juros, à medida que as margens de risco aplicadas à dívida brasileira externa e interna sejam reduzidas em decorrência da recuperação de confiança, proporcionará uma oportunidade para começar a aumentar, a um custo aceitável, a parcela de papéis pré-fixados na dívida pública. Nesse sentido, o Banco Central planeja acelerar seus recentes lançamentos de títulos com vencimentos seqüenciais a taxas fixas e variáveis, aumentando

SHIN Q1 16 CJ. 02 CASA 13 LAGO NORTE - BRASÍLIA - DF. 71530-220
TEL. 577-3288/981-3288 FAX 577-3197 **morris@linkexpress.com.br**



John Stephen Morris

Tradutor Público e Intérprete Comercial
Matrícula nº 032

22
123/98
04-Dez-98

progressivamente o prazo da parcela de taxa fixa conforme a demanda do mercado. É também intenção das autoridades manter dentro de limites prudentes a parcela da dívida pública indexada ao dólar na dívida total, e continuar alongando seu vencimento conforme as condições de mercado permitirem.

27. Embora as taxas de juros elevadas do ano passado tenham provocado tensão em alguns bancos menores no país, o sistema bancário como um todo superou bem este período. A parcela de inadimplência no total de empréstimos pendentes aumentou de 6,9 por cento em dezembro de 1997 para 8,3 por cento em agosto de 1998, enquanto as provisões do sistema para créditos de recuperação duvidosa atingiram 145 por cento daquele total no mesmo mês. A aquisição, em 1998, de três bancos de grande e médio porte do país por grandes bancos estrangeiros é um aspecto positivo da racionalização em andamento do setor, que tem eliminado instituições mais frágeis e colocado as outras em bases financeiras mais sólidas. Os índices de adequação de capital entre os principais bancos privados nacionais estão na ordem de 15 por cento (tier 1 capital) ou mais, bem acima das recomendações de Basiléia.

28. O arcabouço legislativo e de supervisão foi consideravelmente reforçado desde o início do Plano Real e, especialmente, nos dois últimos anos. A relação de

John Stephen Morris

Tradutor Público e Intérprete Comercial
Matrícula nº 032

23
123/98
04-Dez-98

adequação de capital mínimo aumentou de 8 por cento (tier um) para 10 por cento de ativos ponderados por risco, em 31 de dezembro de 1997, e alcançará 11 por cento a partir de 1º de janeiro de 1999. Desde julho de 1997, os bancos estão obrigados a manter reservas de capital contra o risco de contrapartida em operações com derivativos que excedam as normas de Basiléia. A análise de risco de crédito bancário também foi facilitada com a criação no transcorrer de 1997 de uma Central de Risco, que permite às autoridades determinarem o endividamento do tomador junto a instituições financeiras internas. Com a assistência do Banco Mundial, a supervisão tem sido consideravelmente fortalecida pela instituição de inspeções e auditorias abrangentes in loco, e foram aprovadas medidas para garantir que se as operações de filiais "off shore" não estiverem sujeitas a supervisão plena, a matriz terá que fazer provisão total contra os ativos da filial. Lei promulgada em março de 1997 estipula que os bancos subcapitalizados devem ser recapitalizados no prazo de seis meses após serem notificados pelo Banco Central, e exige um memorando de entendimento sujeito a auditorias mensais. Em suma, progressos consideráveis foram alcançados na implementação dos 25 princípios básicos do Comitê de Supervisão Bancária de Basiléia e o governo acredita que o Brasil estará plenamente alinhado com esses princípios até o ano 2000.

SHIN Q1 16 CJ. 02 CASA 13 LAGO NORTE - BRASÍLIA - DF. 71530-220
TEL. 577-3288/981-3288 FAX 577-3197 morris@linkexpress.com.br



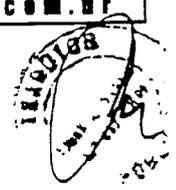
John Stephen Morris
Tradutor Público e Intérprete Comercial
Matrícula nº 032

24
123/98
04-Dez-98

29. As dificuldades do sistema bancário estatal estão agora praticamente resolvidas. O número de instituições financeiras estatais terá sido reduzido de 35 para 11, uma vez concluído o processo de reestruturação, e sua parcela de depósitos totais do sistema financeiro brasileiro deve ser reduzida em dois terços para cerca de 7 por cento do total até o final de 1999. O governo pretende sujeitar os bancos remanescentes à mesma fiscalização e supervisão que os bancos privados. Todas as medidas acima descritas sustentarão a confiança no sistema bancário ao fortalecer a rede de segurança, baseada em um sólido arcabouço regulador e de supervisão, na função de credor de última instância, procedimentos eficientes de insolvência e proteção para depositantes. Nesse sentido, o governo pretende obter uma linha de crédito "stand-by" para o fundo de seguro de depósito para fortalecer suas finanças, e tomará as medidas necessárias para acelerar o equacionamento das pendências relativas aos bancos sob intervenção e/ou liquidação, e aumentar as taxas de recuperação de ativos.

30. O governo está integralmente comprometido em manter o atual regime cambial. A política atual de desvalorização gradativa do Real, em conjunto com as mudanças estruturais em andamento e os ganhos de produtividade significativos da economia brasileira,

SHIN QI 16 CJ. 02 CASA 13 LAGO NORTE - BRASÍLIA - DF. 71530-220
TEL. 577-3288/981-3288 FAX 577-3197 morris@linkexpress.com.br



john stephen morris

Tradutor Público e Intérprete Comercial
Matrícula nº 032

25
123/98
04-Dez-98

contribuirão para o fortalecimento do desempenho das exportações e para um processo eficiente de substituição de importações, melhorando as contas externas com o passar do tempo. Ao manter o atual regime, o Banco Central prosseguirá com sua política de alargamento gradativo da banda cambial. Dentro desta banda, o gerenciamento do câmbio estará voltado para a reconstrução de reservas e o aumento da competitividade da economia.

31. O governo pretende continuar a política de liberalização comercial, que caracterizou o primeiro mandato do Presidente Cardoso. Continuará promovendo a integração da economia brasileira com as de seus sócios do MERCOSUL, e de outros parceiros comerciais regionais e também visará o aumento do comércio com países fora da região. O Brasil não imporá restrições comerciais que sejam incompatíveis com os compromissos da OMC ou, no contexto do programa com o FMI, restrições baseadas no balanço de pagamentos. O Brasil tem fortalecido sua capacidade institucional para tratar de mecanismos antidumping e outros mecanismos não-tarifários de acordo com as regras da OMC. Não se prevê que a recente adoção de normas de medição e de qualidade mais rígidas, taxas fixas de importação e licenciamento não-automático para importações selecionadas tenha um impacto significativo sobre os volumes de importação. O governo continuará a promover a competitividade das exportações

John Stephen Morris

Tradutor Público e Intérprete Comercial
Matrícula nº 032

26
123/98
04-Dez-98

brasileiras por meio de medidas que busquem dar aos exportadores brasileiros as mesmas condições disponíveis aos seus parceiros externos, facilitando acesso a financiamento e ao seguro de crédito de exportação, de acordo com os regulamentos da OMC.

32. A dívida externa brasileira não é muito elevada em relação ao PIB (29 por cento), e seu prazo médio de vencimento é relativamente longo. O componente do setor público na dívida externa representa não mais do que um terço do total, e a dívida de curto prazo do setor público é inferior a US\$6 bilhões. É intenção do governo manter o aumento da dívida externa do setor público dentro de limites prudentes, em torno de US\$10 bilhões em 1999. É também intenção do governo promover um alongamento gradativo do vencimento médio da dívida externa total, conforme as condições do mercado permitirem. Existe também espaço para aperfeiçoar o monitoramento global da dívida externa, e em particular para compilar e disseminar informações mais oportunas a respeito de sua composição por tipo de instrumento e credor. O governo tomará medidas para tratar destas deficiências na base de informações e, a este respeito, buscará assistência do Fundo ou de outras agências pertinentes.

33. Embora o mercado de trabalho brasileiro não esteja submetido a limitações desnecessariamente rígidas, certos

DEPARTAMENTO
MORRIS
158-9
H. 296

John Stephen Morris

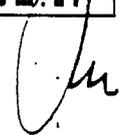
Tradutor Público e Intérprete Comercial
Matrícula nº 032

27
123/98
04-Dez-98

regulamentos e políticas do mercado de trabalho poderiam contribuir para uma maior flexibilidade e aumentar a produtividade de mão-de-obra e maiores oportunidades de emprego. Face ao recente aumento do desemprego - que resulta tanto de fatores estruturais como cíclicos - a necessidade de reformar a legislação trabalhista e aperfeiçoar as políticas do mercado de trabalho tornou-se mais urgente.

34. O governo tomou medidas importantes na modernização da legislação trabalhista e no aperfeiçoamento das políticas do mercado de trabalho. As seguintes medidas já foram implementadas: (i) adoção de um sistema de demissão temporária de forma a reduzir as demissões definitivas; (ii) regulamentação de contratos de meio expediente e temporários; (iii) flexibilidade no expediente de trabalho de forma a reduzir os custos com horas extras; (iv) ampliação de benefícios do seguro desemprego para trabalhadores desempregados já há muito tempo, e (v) melhorias no sistema de treinamento e reciclagem. Além destas medidas, a administração federal enviou ao Congresso recentemente uma proposta de reforma constitucional que reduz as restrições para a organização de sindicatos e cria incentivos para negociação coletiva direta entre sindicatos e empregados. Estas medidas e propostas visam proporcionar uma rede de segurança mais abrangente para os

SHIN Q1 16 CJ. 02 CASA 13 LAGO NORTE - BRASÍLIA - DF. 71530-220
TEL. 577-3288/981-3288 FAX 577-3197 morris@linkexpress.com.br



Diretor/Corin
Morais
09-10-9
1297

John Stephen Morris
Tradutor Público e Intérprete Comercial
Matrícula nº 032

28
123/98
04-Dez-98

desempregados, reduzir a eliminação de empregos, aumentar a proporção de contratos formais de trabalho e promover a produtividade da mão-de-obra.

35. A base estatística do Brasil está, em muitos aspectos, muito bem desenvolvida. Existem, entretanto, algumas áreas deficientes que o governo pretende equacionar no futuro próximo. As contas nacionais, em particular, incluem dados sobre os componentes de demanda agregada em preços correntes, mas aqueles em preços constantes são baseados em pesos desatualizados. A pesquisa oficial mensal do mercado de trabalho está atualmente restrita às seis maiores áreas metropolitanas do país. As contas do governo central são apresentadas mensalmente, mas a característica federativa do Brasil e a diversidade dos estados torna esse padrão irrealista para o governo como um todo. As estatísticas monetárias e fiscais têm de forma geral boa cobertura, mas precisam melhorar na classificação setorial dos ativos. A cobertura da dívida externa é boa, mas estatísticas detalhadas estão disponíveis somente com defasagem. O Brasil recebeu, recentemente, assistência técnica do Fundo em estatísticas monetárias e bancárias, e vem trabalhando com o Fundo para melhorar a oportunidade das estatísticas relativas à dívida. Acelerará o trabalho nas contas nacionais e, como parte deste esforço, pretende solicitar mais assistência técnica ao Fundo. Como medida de

SHIN Q1 16 CJ. 02 CASA 13 LAGO NORTE - BRASÍLIA - DF. 71530-220
TEL. 577-3288/981-3288 FAX 577-3197 morris@linkexpress.com.br



john stephen morris

Tradutor Público e Intérprete Comercial
Matrícula nº 032

29
123/98
04-Dez-98

seu compromisso com a melhoria das estatísticas econômicas brasileiras, o governo decidiu aderir ao SDDS, tão logo seja tecnicamente viável, e planeja solicitar assistência técnica ao Fundo em busca de assessoria a respeito da situação do sistema estatístico, face às exigências do SDDS.

.....

Declaro para os devidos fins que o texto acima é a tradução fiel e exata do documento original.

.....

